

TRABALHO, EDUCAÇÃO E OMNILATERALIDADE: UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

TRABAJO, EDUCACIÓN Y OMNILATERALIDAD: UNA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÓNICA EN LA FORMACIÓN ACADÉMICA

LABOR, EDUCATION AND OMNILATERALITY: A CONTRA-HEGEMONICAL PERSPECTIVE IN ACADEMIC TRAINING

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.29897>

Maria do Socorro Smith Neves¹

Antonia Costa Andrade²

Resumo: O presente artigo analisa as influências do mundo do trabalho reestruturado na formação acadêmica, que engendrou a reconfiguração da universidade para atender demandas mercantis. Os cursos têm por finalidade o desenvolvimento de competências que visam a formação de um trabalhador que se adapte à flexibilização do mundo do trabalho contemporâneo. Destes argumentos, aponta-se para a indissociável relação entre trabalho e educação para além da inserção profissional. Para tanto, foi desenvolvido um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. Os achados da pesquisa sinalizam para a relevância da omnilateralidade na construção de uma proposta de formação acadêmica contra-hegemônica nas universidades públicas.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Formação acadêmica. Omnilateralidade.

Resumen: Este artículo analiza las influencias del mundo del trabajo reestructurado en la formación académica, que engendró la reconfiguración de la universidad para atender demandas mercantiles. Los cursos tienen por finalidad el desarrollo de competencias que apuntan a la formación de un trabajador que se adapte a la flexibilización del mundo del trabajo contemporáneo. De estos argumentos, se apunta a la indisoluble relación entre trabajo y educación más allá de la inserción profesional. Para ello, se desarrolló un estudio bibliográfico con abordaje cualitativo. Los hallazgos de la investigación señalan para la relevancia de la omnilateralidad en la construcción de una propuesta de formación académica contrahegemónica en las universidades públicas.

Palabras clave: El mundo del trabajo. Formación académica. Omnilateralidad.

Abstract: This article analyzes the influences of the world of restructured work in academic formation, which leads to the reconfiguration of the university to meet market demands. The courses have as an objective the development of skills aimed at training a worker that adapts to the flexibilization of the contemporary world of work. These arguments point to the inseparable relationship between work and education beyond the professional insertion. For this purpose, a bibliographic study with a qualitative approach was developed. The research findings point to the relevance of omnilaterality in the construction of a proposal of counter-hegemonic academic training in public universities.

Keywords: World of work. Academic training. Omnilaterality.

Introdução

A formação acadêmica e sua correlação com o mundo do trabalho se insere nas relações existentes entre trabalho e educação. Contudo, as reconfigurações ocorridas no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo provocaram impactos destrutivos na vida das pessoas em proporções jamais vividas na história da humanidade. As condicionalidades impostas pela lógica destrutiva do capitalismo contemporâneo se manifestam para além da crise financeira. Para Mészáros (2011), não estamos vivendo

somente uma crise financeira, mas a autodestruição da humanidade. “Eis porque Marx é mais relevante hoje do que alguma vez já o foi. Pois apenas uma mudança sistêmica radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro” (MÉSZÁROS, 2011, p. 30).

Ademais, o capitalismo engendrou uma nova concepção de formação humana, na qual o trabalho passa a ser alienado, apartado do ser humano que o produziu e, dessa forma, desumanizador, sendo que transforma o ser humano na condição de servidão a seu objeto de trabalho (MARX, 2004). Todavia, Antunes (2018) assinala para outro sentido do trabalho, qual seja, sua importância para “[...] o processo social de *formação* dos seres humanos” (ANTUNES, 2018, p. 37, grifo do autor).

Da relação indissociável entre trabalho e educação, apreende-se que o trabalho tem um caráter formativo no processo de humanização do ser humano, imprescindível para o desenvolvimento de potencialidades humanas. Inexoravelmente, o capitalismo dominou o mundo em proporção nunca vivida por outros modos de produção, o que agravou as relações desiguais dos seres humanos entre si e com o ambiente (ANTUNES, 2015).

Neste contexto, a universidade assume novos formatos que se assemelham a uma organização empresarial. Isso leva a uma formação acadêmica fragmentada e aligeirada, o que foge ao modelo tradicional de universidade caracterizado pela tríade ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, a formação acadêmica se pauta na concepção de polivalência para o desenvolvimento de competências necessárias ao mercado flexível.

1 Trabalho e formação humana

A categoria trabalho no pensamento marxiano é uma atividade de criação e de transformação da natureza. “Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de suas formas” (MARX, 2013, p. 330). Desse modo, o ser humano é um ser que, ao fazer parte da natureza, transforma-a para satisfazer essas necessidades devido à “[...] relação de *mediação*, ou *metabolismo* entre o ser humano e a natureza [...]” (ANTUNES, 2018, p. 41, grifo do autor).

Neste sentido, a própria produção da existência humana é um processo formativo e educativo e, portanto, “[...] não é um ato individual, mas sim um ato coletivo” (ANTUNES, 2010, p. 203). Com base neste pressuposto, é perceptível a dimensão humana e social do trabalho dotada de criatividade e transformação da natureza. “[...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 335).

Todavia, o trabalho assume um duplo sentido nas relações entre capital e trabalho, sendo que nos pressupostos marxianos esta categoria passa a ser valorizada pelo capital para gerar riquezas com vistas à garantia das atividades produtivas de existência material da sociedade. Têm-se, de um lado, o caráter humanizador do trabalho como formador de capacidades humanas, e de outro, aquele que aliena o ser humano e, portanto, é desumanizador (MARX, 2013). Desta assertiva, está posto que a exploração do trabalho no capitalismo se expressa de forma alienada, e se dá pela não participação do trabalhador no

resultado de sua força produtiva, e pela sua exploração de sua força de trabalho que fica subsumida ao capital.

Disso, apreende-se o desprezo do capitalismo pela formação humana do trabalhador:

[...] é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade! (MARX, 2013, p. 427)

Ademais, para este sistema destrutivo não há limites para a exploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras onde o mais trabalho é a condição para o mais valor. Em outras palavras, a extensão do tempo de trabalho leva ao esgotamento físico e humano de homens e mulheres que têm sua energia vital destruída pelo prolongamento do tempo de produção. A produção capitalista, ao prolongar o tempo de produção do trabalhador, provoca a redução do seu ciclo vital (MARX, 2013).

As corroborações de Antunes (2010) com o pensamento marxiano consideram que a alienação no processo produtivo leva à destruição da capacidade do ser humano se humanizar. Para Marx (2004), o trabalho estranhado, exteriorizado, externo ao trabalhador, é uma atividade de autodestruição e de irrealização do ser humano. “O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação” (MARX, 2004, p. 83).

Assim, o processo de alienação do trabalho se manifesta pela “[...] separação entre ser humano e produto do seu trabalho, que é intrinsecamente mediado pela ordem de relações que se estabelece *entre os seres humanos* [...]” (ANTUNES, 2018, p. 83, grifo do autor). Cabe destacar que, pelo fato do ser humano não ter suas necessidades satisfeitas com o resultado de seu trabalho, ou seja, com o objeto produzido, a alienação do trabalho impõe uma ruptura à sua formação humana (ANTUNES, 2018).

Percebe-se que, nas relações antagônicas entre capital e trabalho, o trabalho assume um sentido inverso para os seres humanos, ou seja, se manifesta em irrealização do trabalhador por não usufruir do que produziu, e ser um produto externo ao trabalhador, que o desumaniza em um processo de alienação. No trabalho estranhado, o ser humano “[...] nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2004, p. 82). Em suma, o trabalho alienado, apartado do ser humano no ato de produção, aliena o ser humano da sua própria natureza ontológica humana de se humanizar, e por não se perceber em seu trabalho, o trabalhador é fisicamente explorado e destruído na capacidade de criar e pensar livremente.

Da relação intrínseca entre trabalho e educação, é possível compreender o mundo do trabalho e a formação humana em um sentido mais amplo. É pelo processo histórico de se humanizar que o ser humano se produz e se reproduz através do trabalho. É perceptível no pensamento marxiano que o trabalho é a base das relações entre homens e mulheres. Em suma, o trabalho é uma atividade concreta de produção material de necessidade histórica e, portanto, uma condição para a humanização do ser humano. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem,

independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 167).

Corrobora com esse pensamento Frigotto (2009), ao afirmar que o princípio educativo do trabalho está na capacidade de seres humanos produzirem a si mesmos pela satisfação não somente de suas necessidades básicas, mas também de outras necessidades que se relacionam os aspectos cognitivos, sociais, afetivos, artísticos e culturais.

A formação humana, neste sentido, se dá pelo trabalho.

Isto parece indicar que é exatamente no e pelo trabalho, a partir da relação entre as esferas da produção e da fruição, que o ser humano se faz, isto é, forma-se como ser humano e cria um “sentido humano” correspondente ao mundo que humanamente engendra. Em síntese, o trabalho forma. (ANTUNES, 2018, p. 54, grifos do autor)

Compreende-se, nesta assertiva, a síntese do princípio educativo do trabalho. O trabalho no pensamento marxiano é essencialmente formativo, e tem uma dimensão estruturante na formação do ser social. No entanto, os condicionantes históricos do capitalismo reduzem o trabalho humano enquanto força vital criadora humana, para “[...] a mercadoria força de trabalho. Uma mercadoria cujo valor se define no mercado do emprego – compra e venda de força de trabalho” (FRIGOTTO, 2009, p. 72). Conseqüentemente, as relações desiguais dos seres humanos entre si e com o ambiente são agravadas pela crise estrutural do capital na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2015). Estamos vivendo a destruição das potencialidades humanas que são reduzidas à reprodução das relações sociais desiguais impostas por um modo de produção que visa o superlucro, o que leva a humanidade não reconhecer em si a sua vocação ontológica de ser mais humana.

2 Correlações entre formação acadêmica e o mundo do trabalho contemporâneo

As metamorfoses do mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva, atingiram não somente o setor produtivo, mas a sociedade em sua totalidade. Conseqüentemente, a Educação Superior se reestruturou pela presença de instituições diferenciadas que se flexibilizam para os interesses mercantis. Incontestavelmente, na contemporaneidade, a lógica econômica invade a vida social em todos os setores.

Mais propriamente, todos os aspectos desta sociedade terão que ser baseados e enfrentar “a exposição, a mais externa possível, às forças do mercado, com mercados internos, centros de lucro, auditorias e resultados financeiros (bottom lines), penetrando a vida como um todo, de hospitais a grupos teatrais” e escolas (Leys, 2003, p. 35-36). Como Margaret Thatcher excelentemente observou certa vez, “a tarefa não se resume a mudar a economia somente, mas a mudar a alma”. (APLLE, 2005, p. 35)

A Educação Superior, concebida como um nicho de mercado promissor para o capital financeiro segue as normas de comercialização semelhante a qualquer produto de mercado e, sob esta perspectiva, a dimensão econômica enquanto condição basilar para o capitalismo é a sua principal característica. Contraditoriamente, o Estado assume o discurso da formação técnica para a consolidação de uma formação de conteúdo teórico frágil e aligeirada. Para Marx, a educação não pode ficar submetida aos interesses do Estado, mas pelo interesse do povo ao expressar que “o governo e a igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola” (MARX, 2012, p. 46).

No entanto, é possível inferir que a formação acadêmica obtida em instituições de Educação Superior tem sido alicerçada pelo Estado para a consolidação da lógica mercadológica e de produtividade, concepção de formação humana contrária à concepção de formação integral do ser humano presente no pensamento marxiano. Neste cenário, o Estado se torna o pilar da reprodução do sociometabolismo do capital, que se transformou em um obstáculo perigoso para a existência da humanidade (MÉSZÁROS, 2015).

A perigosa montanha confrontando a humanidade é a totalidade combinada de determinações estruturais do capital que deve ser conquistada em todas as suas dimensões profundamente integradas. É claro que o Estado é um componente vital nesse conjunto de inter-relações, tendo em vista o seu papel direto e, agora, avassalador na modalidade necessária de tomada de decisão global. (MÉSZÁROS, 2015, p. 29).

O Estado, em seu papel historicamente estabelecido na condução dos interesses do capital, ocupa um espaço central na reprodução do sistema sociometabólico do capital. Para Mézáros (2015), é premente o enfrentamento à ordem sociometabólica do capital como uma exigência incondicional dos tempos atuais. Revive-se a importância de Marx, por afirmar a legitimidade da classe trabalhadora para propiciar as alterações necessárias na construção de uma sociedade sem exploração e desumanidade. “O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 1999, p. 47).

A predominância dos discursos ideológicos do Estado neoliberal indica a reconfiguração da universidade para responder aos ditames da sociedade do conhecimento. Para Silva Júnior (2017), a predominância financeira passa a ser a principal diretriz da educação e, desse modo, a nova economia demanda um novo tipo de conhecimento, passível de ser transformado em produto, ou seja, o conhecimento como matéria-prima que passa a ser comercializado como qualquer outra mercadoria. O que se materializa nas universidades é a lógica de produtividade com formação aligeirada, tecnicista e fragmentada.

As concepções que norteiam a formação acadêmica nos dias atuais, para Antunes e Pinto (2017), se pautam na organização flexível e na formação multifuncional, o que leva a alertar para nova pragmática educação do capital que dissemina a formação flexível, agilizada e de menor custo. É nesse contexto de formação “multifuncional” regida pela hegemonia do capital financeiro que surge a necessidade de uma educação humana oposta à educação unilateral, cuja finalidade é a reprodução dos interesses do capital (ANTUNES, R.; PINTO, 2017, grifo dos autores).

[...] Marx quando falava da educação politécnica pensava numa educação que teria que ter, mesmo voltada para uma inserção na atividade produtiva, um ensino poli, multi, homni e não unilateral. As formações profissionais são, no meu entender, uma imposição de um mercado regido por uma razão instrumental que tem que qualificar o indivíduo para o mercado. (ANTUNES, 2010, p. 207)

Por conseguinte, grande parte das universidades públicas, ao recepcionarem a lógica mercantil em sua funcionalidade, aderem à gestão organizacional. Esta situação leva a modelos heterônomos de Educação Superior sendo que, para Sguissardi (2014), a heteronomia conduz a universidade a desenvolver ações em função do interesse de atores externos, como o Estado e o mercado. Este cenário impõe à Instituição de

Ensino Superior (IES) problemas que a desqualificam, desviando-a de sua função social de construção de conhecimento a serviço da sociedade.

Os desdobramentos da mercantilização são perceptíveis na Educação Superior pelos seus impactos negativos nas universidades públicas. Desse argumento, corroboram Chauí (2003), Sguissardi (2015) e Chaves, Reis; Guimarães (2018), ao afirmarem que a concepção de educação como direito foi substituída pela concepção de serviço-mercadoria para agir a favor dos interesses do mercado. Desse modo, uma das condicionalidades impostas pela reestruturação do capital recai sobre a finalidade da educação superior para formar para o mercado flexível. Exige-se um novo tipo de trabalhador, com qualificação polivalente e flexível, que se adapte às mutações do mundo do trabalho.

Os conceitos de empregabilidade e competências conduzem os cursos de Educação Superior ofertados pela universidade reestruturada, e estão, em muitos casos, explícitos no ideário pedagógico dos cursos.

As competências a serem desenvolvidas e que garantem empregabilidade são as que o mercado reconhece como as que tornam cada trabalhador o máximo produtivo. O capital agora não só se interessa pela força física, mas também pelas qualidades intelectuais, emocionais e afetivas. De resto, o empregável tem a qualidade mercantil de ser flexível e de permanecer com garantia de emprego apenas enquanto funcional ao seu empregador. Uma pedagogia que apaga a memória de organização, de coletividade e também de direito ao trabalho. (FRIGOTTO, 2009, p. 75)

Com a flexibilização do mundo do trabalho contemporâneo, a nova pedagogia em curso visa formar para as competências requeridas pelo mercado com ênfase na polivalência. Como desdobramento desta característica do novo trabalhador, intensifica-se o uso da força de trabalho com mais exploração. Ademais, a superação dessa formação não se dá isoladamente e pressupõe a devida compreensão de seus limites, pois se faz necessário situa-la no conjunto das relações contraditórias entre capital e trabalho.

Precisamente, neste cenário estão subjacentes concepções que norteiam a formação acadêmica nos dias atuais que, para Antunes e Pinto (2017), se pauta na organização flexível e formação multifuncional, o que os leva a alertarem para nova pragmática educação do capital que dissemina a formação flexível, agilizada e de menor custo. É nesse contexto de formação “multifuncional” regida pela hegemonia do capital financeiro que surge a necessidade de uma educação humana, oposta à educação unilateral, cuja finalidade é a reprodução dos interesses do capital (ANTUNES; PINTO, 2017, grifo nosso).

Em que pese a função da universidade em preparar profissionais para o mercado de trabalho, enquanto instituição formativa, é possível pensar a formação acadêmica em uma perspectiva contra-hegemônica. Assim, encontra-se em Marx (1985, 2012) a possibilidade de uma formação integral humana, ou seja, omnilateral, que se apresenta como um pilar de formação do ser humano e de sua formação profissional, posto que “[...] a formação humana não poderia ser vista em separado de uma formação profissional no sentido amplo do termo” (ANTUNES, 2010, p. 207).

Embora Marx não tenha obras específicas sobre a educação enquanto ato didático e pedagógico, alguns de seus escritos remetem para a formação integral do ser humano ao discorrer sobre a politecnia e o princípio educativo do trabalho, que:

[...] não estão vinculados a dimensões especificamente dos projetos e métodos pedagógicos, e sim à concepção dos processos sociais e educativos, que de dentro do terreno contraditório e numa perspectiva antagônica às relações sociais capitalistas pudessem desenvolver as bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da práxis revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social. (FRIGOTTO, 2009, p. 71)

Trata-se de uma formação omnilateral, que associa formação intelectual com trabalho produtivo e supera a dicotomia entre formação intelectual e formação técnica (SANTOS, 2005). Elucidando de outra maneira, a omnilateralidade leva à humanização do homem para além dos muros da instituição educacional, ou seja, vislumbra uma visão de construção de uma sociedade sem exploração, que supera a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, o individualismo e a competitividade presentes na sociedade capitalista. “Uma educação, concebida a partir do trabalho entendido enquanto atividade vital, autônoma e autodeterminada, em uma palavra, omnilateral, será então, ao mesmo tempo, resultante e proponente de uma vida verdadeiramente emancipada” (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 108).

De fato, a omnilateralidade visa a superação da negação de humanização do ser humano produzida pelo capital. Em um mundo onde impera a formação acadêmica unilateral alinhada à competitividade e ao individualismo, faz-se necessário a materialidade de uma proposta de formação nas IES públicas, que se contraponha aos ditames do capital. Neste sentido, a omnilateralidade leva à emancipação do homem que rompe com valores burgueses hegemônicos e possibilita a formação de um novo ser humano, que estabelece novas relações com a natureza e com as práticas sociais coletivamente. É imperativo, resistir ao ideário pedagógico de formação acadêmica projetado para impedir e dificultar a formação omnilateral.

A omnilateralidade no modo de produção capitalista é uma potencialidade humana, embora não materializada em uma realidade a qual o foco principal para a formação humana e profissional seja a unilateralidade. No entanto, Marx (1985), ao propor uma educação ampla que envolve educação mental, educação física e instrução politécnica, leva à apreensão sobre a necessária formação ampla do ser humano para que, assim, perceba a educação fragmentada imposta pelo capitalismo destrutivo. Mais do que nunca, se torna um desafio e uma necessidade que as universidades públicas promovam uma formação acadêmica em uma perspectiva emancipatória contribuindo para a construção de um novo homem e uma nova mulher.

Considerações preliminares

É pelo trabalho que o ser humano desenvolve sua capacidade ontológica de se humanizar, pois se caracteriza como uma atividade criadora de mediação homem e natureza. Assim, o trabalho é formativo por se constituir em ato de transformação da natureza e transformação humana. Desse modo, há uma relação indissociável entre trabalho e educação.

Contudo, o trabalho, no capitalismo, tem em sua essência a formação para o mercado e assume sinônimo de emprego. Isso indica a necessidade de confrontar a concepção unilateral de educação, cuja centralidade está na formação tecnicista e mercantil. Nesta perspectiva, reconhecemos a importância do papel da Universidade de elevar o conhecimento das classes trabalhadoras e, assim, deixar de ser tão somente

uma instituição reprodutora das relações sociais de produção capitalistas, mas sobretudo, produtora de conhecimento à serviço dessas classes.

As evidências nos levam à compreensão de que os condicionantes presentes na formação acadêmica apresentam estreita relação com um projeto neoliberal, com interesses mercantis. Assim sendo, muitos são os desafios enfrentados na perspectiva de formação de consciência contra-hegemônica que vise a superação das condições impostas pelo capitalismo flexível na busca de construção de um novo ser humano.

No entanto, os estudos revelam que os discursos gerenciais são incorporados pelos cursos de Educação Superior, que desenvolvem conteúdos descontextualizados, acríticos e reproduzem as ideologias hegemônicas. É necessário que, no processo formativo acadêmico, sejam desenvolvidas práticas sociais que possibilitem a problematização de questões da sociedade contemporânea, para além de questões eminentemente técnicas.

Sem a pretensão de esgotar as análises que se relacionam com este estudo, há caminhos para serem percorridos, no intuito de materialização de uma formação que tenha como princípio a omnilateralidade.

Esta categoria inspira a possibilidade da materialidade de uma formação acadêmica em uma perspectiva contra-hegemônica que rompe com a dicotomia entre teoria e prática e vislumbra o desenvolvimento de todas as dimensões humanas. Em suma, homens e mulheres só poderão ser emancipados e autônomos pela formação omnilateral compreendida como um processo de construção histórica humana, que busca a superação da exploração de seres humanos, pelo trabalho como princípio educativo. A omnilateralidade é uma possibilidade de desenvolvimento humano de forma integral, com autonomia e liberdade de criação para que se possa, assim, romper com as condicionalidades do capitalismo que restringe os seres humanos na sua capacidade ontológica de se tornarem mais humanos.

Referências

ANTUNES, Caio. Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. **Motrivivência**, ano 22, n. 35. p. 41-61, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2010v22n35p41/18083>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx. Campinas: Papel Social, 2018.

ANTUNES, Ricardo. A ontologia singularmente humana do trabalho. **Motrivivência**, ano 22, n. 35, p. 202-233, dez 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2010v22n35p202/18092>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

APPLE, Michael. **Para além da lógica do mercado**. Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Tradução: Gilka leite Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Conferência na 26ª reunião anual da ANPED, 5., 2003, Poços de Caldas, MG, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da Educação Superior no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, v. 40, ano. 1, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668/21760>. Acesso em: 8 jan. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde.**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2019.

MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. Tradução: José Barata-Moura. **In: Obras escolhidas**, v. II, 1985, p. 79-88.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo...[et al.]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Magda Gisela Cruz. **A categoria de formação omnilateral em Marx e o trabalho enquanto princípio educativo**, 2005. Disponível em: <http://www.coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo05/magdagiselacruzdos santos.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Daise; FÁVERO, M. L. A. **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **The New Brazilian University: a busca por resultados comercializáveis**. 1. ed. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2017.

Notas:

¹ Universidade Federal do Amapá. Mestranda em Educação PPGED Unifap. Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7880-6758> Email: msmith@oi.com.br

² Universidade Federal do Amapá. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Universidade Federal do Amapá. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4527-8562> Email: antoniaunifap@gmail.com

Recebido em 12/03/2019

Aceito em: 27/07/2019